

Referências Bibliográficas

- Bessa-Luís, Agustina (2000): *Contemplação Carinhosa da Angústia*. Lisboa: Guimarães Editora.
- Bessa-Luís, Agustina (2008a): *Camilo. Génio e Figura*. Lisboa: Casa das Letras.
- Bessa-Luís, Agustina (2008b): *Dicionário Imperfeito*. Lisboa: Guimarães Editora.

23. Por uma recusa do nacionalismo: reflexões sobre o romance histórico camiliano

Luciene Marie Pavanelo
UNESP

Uma das características mais acentuadas do romance histórico oitocentista português foi o nacionalismo, principalmente pela retomada de momentos da História que pudessem despertar o orgulho nacional, frente ao sentimento de decadência que atravessou o século XIX. Nas palavras de Alexandre Herculano, em texto publicado em 1839 n' *O Panorama*, era missão dos escritores serem "historiadores da vida íntima de uma grande e nobre, e generosa nação, que houve no mundo, chamada nação portuguesa" (Herculano 1839: 306). Em *O Bobo*, de 1843, o romancista defende que no passado "temos os tesouros dos nossos afetos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afetos da Nacionalidade" (Herculano 1967: 17). Ao questionar, no mesmo romance, "quais seriam hoje (...) as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Ocidente, se Portugal houvesse perecido no berço? Quem ousará afirmar que, sem Portugal, a civilização atual do gênero humano seria a mesma que é?" (Herculano 1967: 15), o escritor exalta o protagonismo luso na construção da História mundial, plasmado nas Grandes Navegações.

Contudo, como Paulo Motta Oliveira chama a atenção, o século dos Descobrimentos não é visto com bons olhos por Herculano. Assim como Antero de Quental o fará em 1871, nas *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, o historiador desloca "o período da grandeza para a Idade Média", vendo "o século XVI como uma época de decadência" (Oliveira 2007: 110). Na última das cinco *Cartas sobre a História de Portugal*, publicadas na *Revista Universal Lisbonense* em 1842, Herculano afirma "preferir o estudo da idade média ao do século das nossas glórias" (Herculano 2007: 127), já que, para ele, "a virilidade moral da nação portuguesa completou-se nos fins do século XV, e a sua velhice – a sua decadência como corpo social – devia começar imediatamente" (Herculano 2007: 121).

Por outro lado, se o historiador vê uma decadência sobretudo moral na nação a partir do século XVI, não chega a desprezar “o espetáculo dos nossos descobrimentos e conquistas do Oriente, da América, do engrandecimento do nosso comércio, e do respeito e temor, que por isso nos catava o resto do mundo” (Herculano 2007: 120). A glória do início das Grandes Navegações, segundo o autor, teria se dado pelo fato de os homens dessa geração terem sido educados no século anterior, “herança da Idade Média” (Herculano 2007: 123). No entanto, a “febre das conquistas” (Herculano 2007: 127) teria precipitado a decadência da nação, culminando na União Ibérica, em 1580. O escritor que se detivesse no estudo do Quinhentos teria de ver o país

(...) desmaiar e definhar-se esmagado debaixo do peso da sua grandeza, e depois descer ao sepulcro carcomido pelo cancro da própria corrupção moral. Mais um motivo pessoal é esse para nos esquecermos dele. Para fartar de amarguras os corações que amam a terra da Pátria, não é necessária a história; sobra-nos a vida presente (Herculano 2007: 127).

Se Herculano defendeu o esquecimento desse período com vista a mostrar em suas obras um olhar mais positivo sobre o passado nacional, retratando a Idade Média, Camilo Castelo Branco preferiu em *O Senhor do Paço de Ninães*, romance histórico publicado em 1867, “descer ao sepulcro carcomido pelo cancro da própria corrupção moral”, tal como ele fazia em suas narrativas de temática contemporânea. Em vez de utilizar o seu romance para exaltar a grandeza do passado frente à decadência do presente, Camilo procurou mostrar que, muitas vezes, a História também não é digna de elogios. Concorda-se com Maria Isabel Rocheta, que afirma que nessa obra, cujo enredo se passa entre 1576 e 1621, Camilo apresenta um “olhar marcadamente disfórico quanto à História de Portugal” (Rocheta 2007: 22). Nela, o autor apresenta não somente a tragédia de Alcácer-Quibir, como também uma crítica dura e incisiva à política colonialista portuguesa, baseada na dilatação da Fé e do Império, utilizando os termos camonianos. Ou seja, além de romancear um episódio vergonhoso da História de Portugal, o gênio de São Miguel de Seide desconstrói talvez o principal símbolo do orgulho nacional: os Descobrimentos.

Rui Gomes de Azevedo, protagonista do romance, é filho de um nobre “soldado de Arzila e Malaca, de Moluco e Mazagão [cidades do Marrocos e da Ásia portuguesa], por onde gastara o melhor de seus haveres” (Castelo Branco 1950: 12), e que faleceu sem ter recebido nada do governo. Para ele, seu pai “malbaratou o tempo e o sangue” (Castelo Branco 1950: 33) nas expedições à África e à Ásia, e o fato de sua mãe ter mandado “fazer fouchinhas” de suas espadas (Castelo Branco 1950: 33) é um indício da “denúncia da vanidade da visão épica” que, segundo Rocheta (2007: 21),

domina a narrativa. No início do romance, Rui defende o modo de vida das gerações anteriores, numa “tomada de posição a favor da terra, no sentido de rural, agrícola, e contra a expansão ultramarina” (Filizola 2006: 95):

Sabes que homens aqui viveram? Os filhos e netos dos que largavam a lança e vinham pegar-se ao arado. Eles ganhavam o torrão que lavravam; e os nossos pais ganhavam cidades distantes a milhares de léguas, arrasavam-nas a fogo, reedificavam-nas sobre ossadas portuguesas e lá as têm até que o ventar da fortuna esquerda as derrube (Castelo Branco 1950: 37).

Não se pode deixar aqui de lembrar as palavras do Velho do Restelo, que, no romance camiliano, precedem não a viagem de Vasco da Gama, como em *Os Lusíadas* – que, aliás, ocorrera quase um século antes –, mas a ida à Batalha de Alcácer-Quibir¹. Para o bispo que as recita, ecoando Camões, “meneando,/ Três vezes a cabeça descontente”, tratam-se de uma “verdade escrita pelo poeta que sabe do mundo... e de guerras” (Castelo Branco 1950: 102). De acordo com Maria Fernanda de Abreu, não apenas neste trecho, como no restante da obra, “a voz do narrador identifica-se com a do Velho do Restelo” (Abreu 1991: 97); ou seja, retomando Anamaria Filizola (2006: 95), ele defende o trabalho, sobretudo no campo, em vez da procura de riquezas além-mar.

Desgostoso com a vida após uma desilusão amorosa, Rui decide acompanhar os primos na expedição ao norte da África, não por desejo de glória e riquezas nem por apoio à sanha conquistadora de D. Sebastião, mas por querer morrer (Cf. Castelo Branco 1950: 95). Desafiando as expectativas de leitura em torno do romance histórico, Camilo não descreve a guerra: “andam em mãos de todos as descrições minuciosas da batalha de Alcácer-Quibir. Os incidentes de tamanho desastre são mais notórios que os triunfos do ciclo áureo das batalhas feridas com mais disciplinado e numeroso inimigo” (Castelo Branco 1950: 109). Em vez disso, o autor prefere tecer um discurso que considera Alcácer-Quibir uma, nas palavras de Abreu, “batalha expiatória” de uma série de atrocidades que os portugueses teriam cometido e que a justiça divina se encarrega de castigar” (Abreu 1991: 98).

Ao afirmar que foi a “mais afrontosa derrota com que a Divina Providência podia castigar a soberba cega de uns bárbaros que se arregimentavam

1. Este expediente já fora utilizado em outras obras, como em *D. Sebastião, o Desejado*, de Francisco Maria Bordalo (1844-1845; 1854-1855). Sobre esse romance, ver Pavanelo, Luciene Marie (2015): “Francisco Maria Bordalo e o sebastianismo questionado no romance histórico *D. Sebastião, o Desejado*”. In: Osmar Pereira Oliva (org.), *Brasil e Portugal nos Oitocentos: crítica, imprensa e ficção*. Montes Claros/MG: Unimontes, 151-164.

com a cruz na avançada" (Castelo Branco 1950: 109), Camilo critica a política colonialista do país, que fora justificada pela disseminação da religião cristã. Quando reflete que poucas "almas portuguesas" naquele tempo podiam "saudar a divina justiça", "sem nódoa de sangue nem migalha de pão roubado a homens" (Castelo Branco 1950: 109), o escritor desconstrói toda a glória que existiu em torno da expansão ultramarina: foi uma época de derramamento de sangue e roubo dos povos conquistados.

Depois de Alcácer-Quibir, Rui decide se unir às tropas que apoiam D. António na reivindicação da coroa, contra a presença do governo castelhano – como se sabe, após a morte de D. Sebastião, Filipe II de Espanha assumiu o trono lusitano. Ao retratar o "tédio da vida" sentido pelo protagonista, após os saques feitos às vilas conquistadas pelos seus companheiros e as "perversidades" cometidas pelo Prior do Crato, que "mandava decapitar portugueses", "partidários dos Filipes" (Castelo Branco 1950: 133-135), Camilo mostra que não há um "lado bom" na História. Se houve "portugueses vendidos a Castela", os quais o narrador denuncia em nota de rodapé em outro momento do romance – "Quem quiser conhecer os vendidos e vendidas de maior quilate leia-lhes os nomes na *Europa Portuguesa* de M. de Faria e Sousa, tom. 3.º, pág. 119 e 120" (Castelo Branco 1950: 173) –, os que lutaram ao lado de D. António também não podem ser considerados heróis.

Após a morte do Prior do Crato, o próximo destino de Rui é Goa, para onde ele vai a fim de se tornar mercador, e onde assiste a mais uma cena que considera castigo divino: um incêndio numa embarcação repleta de riquezas que seriam levadas a Portugal. Citando o historiador Manuel de Faria e Sousa, o narrador afirma que

Ali em uma hora se viu desfeito em fumo para mais de milhão e meio, que eram os interesses granjeados, de muitos, ou por muitos anos e muitas diligências. E como na Índia costuma ser mais por elas [as diligências] que por eles [os anos] e nunca o largo medrar em breve tempo deixa de ser escrupuloso, julgou-se que era castigo o que parecera acaso (Castelo Branco 1950: 159).

Nesse trecho, Camilo questiona, mais uma vez, o enriquecimento via colonização. Para ele, aqueles que conseguem prosperar em pouco tempo nas colônias o fazem de forma não honesta, merecendo, assim, perder a fortuna conquistada. Como um personagem afirma a Rui no final do romance, "a Ásia não é clima em que a probidade floresça e frutifique. A honra aqui é planta que se mirra e fenece..." (Castelo Branco 1950: 208).

No Ceilão, Rui encontra um primo distante, D. Jerónimo, capitão-general que estava em guerra contra um governante local. De acordo com o nar-

rador, ele era uma "fera espantosa aos próprios bárbaros", que içava "em espeques as cabeças dos desprezados ou teimosos em defender suas casas e famílias"; e afirma: "ele e seus oficiais, onde quer que punham o pé, abriam poças de sangue. Degolavam os índios pacíficos a fim de incutir pavor nos inquietos" (Castelo Branco 1950: 161). Camilo não deixa de descrever toda a crueldade cometida naquela época contra os povos colonizados, novamente se baseando em relatos históricos:

conta que D. Jerónimo de Azevedo, ébrio das fumaças de vencedor, obrigava as indianas a triturarem seus filhos em almofarizes; depois do que as estrangulava por mão de seus verdugos. Mandava cravejar lanças em crianças e pô-las ao alto (...). Mandava despenhar da ponte de Malvana os rebeldes às fauces dos jacarés que os esperavam (Castelo Branco 1950: 161).

"Trespasado de horror" (Castelo Branco 1950: 162), Rui mostra todo o seu desencanto com a nação ao afirmar que "onde quer está a pátria de quem nenhuma já a tem. (...) Não é isto o que meu pai dizia da Ásia portuguesa. O que aí há é uma caverna de feras e ladrões!" (Castelo Branco 1950: 164-165). A utilização da disseminação da Fé para justificar a expansão do Império é criticada por Camilo através da voz do protagonista, que declara a D. Jerónimo não ser necessário

(...) frades na Índia para desbravar almas de gentios. Estes são quem menos envergonham as faces do Criador. Frades, meu primo e senhor, quem mais carece deles és tu e os da tua plana; são todos os que levam diante de si o padre com a cruz e o verdugo com o cutelo! (Castelo Branco 1950: 165-166).

Por outro lado, quando retrata o personagem bradando a seu primo que "lastim[a] que qualquer padre cristão desmaiasse diante de tua autoridade, mormente o padre que ousa insultar as divindades das religiões estranhas" (Castelo Branco 1950: 165-166), o autor, ao mesmo tempo que faz uma crítica anticlerical, acaba defendendo a tolerância para com os outros credos, reprovando a ideologia portuguesa da época, de espalhar o cristianismo pelo mundo via colonização.

Ao abandonar o palácio de D. Jerónimo, altivo e, ao mesmo tempo, pobremente vestido – já que não havia conseguido fazer fortuna como mercador –, Rui é confundido com D. Sebastião. Segundo o narrador camiliano,

Entre as atordoadas correntes por conta do incógnito mercador, a mais imaginosa não deve faltar o romance com ela: alguns disseram que pela estatura, olhos e andar, o misterioso homem, que saíra do paço do capitão-general, era el-rei D. Sebastião.

O certo é que os espectadores se acotovelavam no cais de Ceilão quando o pobre mercador (...) saltava numa caravela de carregação (*Castelo Branco 1950: 167*).

Nessa passagem, Camilo parodia a temática sebastianista então em voga, já que várias lendas sobre o destino do rei desaparecido em Alcácer-Quibir ainda vicejavam em pleno século XIX. Na primeira metade de Oitocentos, *As Trovas do Bandarra* foram publicadas diversas vezes, e o sebastianismo era discutido em polémicas como as que envolveram os opúsculos de José Agostinho de Macedo, além de ser tema de peças como *Frei Luís de Sousa* e *As Profecias do Bandarra*, de Almeida Garrett, e do romance de Francisco Maria Bordalo, *D. Sebastião, o Desejado*, entre outras obras².

De volta a Goa, Rui decide se tornar leigo e acompanha um frade até Pegu, no atual Mianmar, para lá enviado para ratificar uma celeuma. Um mercador português, agraciado pelo rei daquela região, havia favorecido a conquista daquele território por Portugal, traíndo o governante que lhe dera terras e cargos de confiança:

Discutiram os teólogos em Goa se a traição de Brito era aceitável à luz da santa religião e da lealdade portuguesa. Os teólogos decidiram que sim; e, no intuito de colorirem a perfídia com os interesses do comércio, enviaram ao Pegu o frade dominicano (*Castelo Branco 1950: 195*).

Nesse trecho, Camilo volta a criticar a atuação da Igreja nesse período, que encobria os atos mais sórdidos em nome do comércio e da expansão do império lusitano.

Além disso, o romancista também critica os escritores que difundiam um olhar idealizado sobre a História portuguesa. Citando em nota de rodapé J. Pizarro, que teria representado o governante português que assumiu o reino do Pegu como, nas palavras desse poeta, "digno de um poema que celebrasse o seu ilustre nome, e perpetuasse a memória de suas prodigiosas façanhas e mais extraordinárias virtudes" (*apud* Castelo Branco 1950: 194), o narrador afirma que "o epíteto de *Massinga*" – Maha Singha, ou Grande Leão³ –, com o qual esse governante era conhecido, "fundado na covardíssima degolação do rei daquele reino, é uma alcunha mais para vitupério do que para glorificação" (*Castelo Branco 1950: 195*). Tal como

2. Esta questão está desenvolvida no artigo mencionado anteriormente (Pavanelo 2015: 151-164). Sobre a presença do sebastianismo no século XIX, ver Hermann, Jacqueline (2002): "Dom Sebastião contra Napoleão: a guerra sebastica contra as tropas francesas". In: *Topoi* 5: 108-133.

3. O significado do epíteto pode ser encontrado em Geoffrey C. Gunn (2011: 66).

fez com o Prior do Crato, o autor aqui desconstrói a imagem de Salvador Ribeiro de Sousa, navegante que fora aclamado rei no Pegu. Para Camilo, é necessário promover uma revisão da História, pois nem todos aqueles que foram tradicionalmente considerados heróis de fato merecem essa fama.

Tendo abandonado o hábito de leigo e rumado para as Filipinas e, depois, para Macau, o protagonista adota uma vida de ermitão, curando doentes. Ao encontrar um antigo amigo missionário, Rui defende a caridade no lugar da catequese: "Jesus Cristo não quereria que tu e eu ensinássemos primeiro a caridade e depois o nome de seu divino propagador? O sangue como tu vais derramá-lo não regará árvore de justiça e misericórdia e amor entre os teus algozes" (*Castelo Branco 1950: 201*). Através do seu personagem, o romancista defende a comunhão entre a humanidade, independentemente de sua religião. Para Rui, filipinos e chineses também são irmãos, que merecem ser antes ajudados, e não convencidos à força a aceitar a fé cristã: "achei-me cercado de bons, desgraçados todos porque todos sofriam; e figurou-se-me que Deus me dizia: 'Aí tens teus irmãos; são almas que eu fiz; estão feitas; não lhas refaças'" (*Castelo Branco 1950: 202*). Ao contrário, nas palavras do personagem, os cristãos é que precisam do cristianismo: "são malditos os que trazem para aqui o sermão da montanha escrito nos ferros das lanças e dos pelouros. (...) Dize a estes selvagens do ocidente que deixem ao índio a sua cabana (...). Evangelhiza aos cristãos (...)" (*Castelo Branco 1950: 203*).

De acordo com Rocheta, nesse romance há uma "recusa da violência na conquista e conversão dos povos do Oriente (...) fundamentada na concepção de Cristianismo, pelo narrador e sua personagem insistentemente afirmada" (Rocheta 2007: 17). Tal postura contrasta, de certa forma, com a visão de Herculano, que viu com orgulho a colonização portuguesa, que segundo ele teria saldado com o islamismo e com a Ásia "a avultadíssima dívida de pesar e afronta, que a Cruz e a Europa lhes deviam desde os tempos em que as desventuras e revezes das Cruzadas se completaram pela perda fatal de Constantinopla" (Herculano 2007: 121).

Ainda sobre as atrocidades cometidas nessa época em nome da fé, vale a pena apontar as menções que Camilo faz à Inquisição. Após Rui ter feito o discurso acima referido, um dos frades que o escutou "maravilhou-se de ouvir aquilo proferido em linguagem portuguesa por um homem que tinha na Índia, ali a mil léguas distante, um purificado crisol – a inquisição!" (*Castelo Branco 1950: 204*). Assim, o narrador mostra ironicamente, através do olhar desse frade, que declarações como as proferidas pelo seu personagem eram consideradas heresias na época, que justificavam a pena na fogueira: "não disse isto alto, porventura no saudável intuito

de não afugentar aquela alma tão carecida de recaldeação na fornalha de Goa" (Castelo Branco 1950: 204).

No final do romance, ao retratar o destino funesto da embarcação abandonada por Rui, na volta a Portugal, repleta de mercadores que retornavam à pátria com riquezas, Camilo contradiz a tese do castigo divino, utilizada anteriormente, através do ponto de vista do personagem, para justificar o incêndio num navio em Goa e a tragédia de Alcácer-Quibir. Os responsáveis, segundo o narrador, são os próprios homens, e não Deus:

Oh! livre-se a minha alma de conceber assim a justiça do Senhor e a força do seu braço! Não foi Deus: foram os turcos que mataram aqueles filhinhos nos braços de suas mães. Deus, a querer conservar o nome que lhe damos de Pai, não consentia que as mães vissem o espetáculo horrendo dos inocentes sem pai a expirarem ainda a culpa dos que tinham morrido a vê-los escravos, pobres e nus. Isto de matar mães e filhos promiscuamente só o faziam os generais portugueses na Índia, e os turcos em África (Castelo Branco 1950: 213).

Nessa passagem, apesar de dirigir a crítica aos turcos, que atacaram o navio, o narrador camiliano não deixa de lembrar as atitudes desumanas cometidas pelos portugueses durante a colonização. Dessa forma, a História nacional aparece sempre questionada no romance, mesmo quando o alvo de crítica são outros povos.

Além disso, cabe aqui mencionar que o passado que Camilo retrata não parece ter pontos positivos. Se não há glória na expansão ultramarina, a vida quotidiana também não é nada glamourosa. Como o narrador afirma no começo do romance, sobre o modo de vida na Idade Média – época, aliás, exaltada por Herculano –,

(...) aproveito o ensejo de inteirar o leitor da bruteza imunda da fidalguia daquelas eras. Os paços de então (...) eram cortes de gado. Comiam à unha do mesmo sarro de cortição ou gamela, bebiam do mesmo acéter (...). Quantos paços conheço por este Minho, tais como o de Numães, o de Carude, o de Barbude, o de Delães e outros menos arruinados, oferecem-me crer que os fidalgos portugueses, até ao século XIII, eram uns animalaços que não comiam nem pernoitavam mais limpa e honestamente que os nossos bácoros e os nossos mastins (Castelo Branco 1950: 10).

Ao mencionar os "paços arruinados" e pedir para o leitor olhar a janela do paço de Ninães, "porém, de longe, porque naquele peitoril repousam nove séculos e alguma hora hão de vir abaixo" (Castelo Branco 1950: 10), o romancista se utiliza da imagem da ruína para não apenas rebaixar o passado, mas mostrar a decadência do presente. O passeio que o narrador camiliano faz com o leitor, de forma a apresentar o paço de Ninães, não é idealizante: "rodeia o leitor uns de pardieiros demolidas arribanas, e, na revolta do quinchoso, topa com umas ruínas" (Castelo Branco 1950: 8). A utilização de um vocabulário de conotação negativa contrasta com o olhar idealizado dos "poetas que (...) viram" as aldeias "nas bucólicas de Camões e Bernardes" (Castelo Branco 1950: 7). Ao negar a idealização desses poetas, Camilo opta por um olhar realista e profundamente cético sobre o seu país. Se o leitor quiser belas narrativas, que leia o "*Nobiliário do conde D. Pedro*, o legítimo e genuíno, publicado pelo sr. Alexandre Herculano, abra em páginas 227 e leia o *Título XXXV*, que logo encontra histórias galantes e trágicas, mais ou menos passadas no paço, cujas ruínas aí tem" (Castelo Branco 1950: 8). Ele, Camilo, tem mais o que fazer.

Segundo Abreu, nessa obra a História portuguesa ocupa "um lugar primordial e o narrador camiliano (...) está veementemente empenhado não só em *contar* e *mostrar* alguns momentos dessa História mas, sobretudo, em dar o seu juízo, ideológico e moral, e em expressar a sua posição perante eles" (Abreu 1991: 90). De acordo com a estudiosa,

(...) se este Rui de Azevedo não existiu "realmente" nem foi o "real" senhor do Paço de Ninães, existiram sem dúvida alguma (segundo Camilo melhor fora que não!) a jornada de Alcácer Quibir, os fracassos do Prior do Crato, a Índia e a corrupção dos colonizadores (Abreu 1991: 91).

Se, para Abreu, não há dúvidas de que Camilo escreveu um romance histórico, é também verdade que ele também não fez parte da corrente saudosista, então em voga, da "reação romântica, da glorificação apologética da Idade Média", tão criticada por Lukács (2011: 90).

Esse olhar disfórico sobre a História portuguesa, referido por Rocheta (2007: 22), é típico do contexto pós-colonial e marca do romance contemporâneo, por exemplo. A pesquisadora explica, citando obras dos séculos XVI e XVII, que "o discurso religioso de Rui, fundamentando a defesa dos 'índios', sendo ousado na época, não é anacrônico" (Rocheta 2007: 18). Por outro lado, é óbvio que a ousadia não está apenas no discurso da personagem proferido aos seus conterrâneos no século XVII, mas em *O Senhor*

do *Paço de Ninães* como um todo, obra publicada numa época em que as expectativas de leitura sobre o romance histórico eram construídas em torno de um patriotismo que pretendia resgatar o orgulho nacional, através do relato de glórias passadas. Ao apresentar a temática sebastianista e outros episódios negativos de tempos antigos, questionando uma das maiores causas do ufanismo lusitano – a expansão ultramarina –, e negando-se a idealizar a História, Camilo Castelo Branco propõe uma reflexão que parece bastante moderna: um génio no seu tempo, portanto.

Referências bibliográficas

- Abreu, Maria Fernanda de (1991): "Alcácer Quibir, a batalha expiatória: para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco". In: *Colóquio Letras* 119: 89-103.
- Castelo Branco, Camilo (1950): *O Senhor do Paço de Ninães*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Filizola, Anamaria (2006): "O desastre de Alcácer Quibir e *O Senhor do Paço de Ninães*, de Camilo Castelo Branco". In: *Revista Letras* 68: 91-100.
- Gunn, Geoffrey C. (2011): *History Without Borders: the making of an Asian world region 1000-1800*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Herculano, Alexandre (1967): *O Bobo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- ----- (2007): "Carta V". In: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves et al (orgs.), *Literatura, História e Política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 115-135.
- ----- (1839): "O Cronista". In: *O Panorama: jornal literário e instrutivo da sociedade propagadora dos conhecimentos úteis*. 126: 305-309.
- Hermann, Jacqueline (2002): "Dom Sebastião contra Napoleão: a guerra sebástica contra as tropas francesas". *Topoi* 5: 108-133
- Lukács, György (2011): *O Romance Histórico*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- Oliveira, Paulo Motta (2007): "Alexandre Herculano e a geração de 70". In: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves et al (orgs.), *Literatura, História e Política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 109-113.
- Pavanelo, Luciene Marie (2015): "Francisco Maria Bordalo e o sebastianismo questionado no romance histórico *D. Sebastião, o Desejado*". In: Osmar Pereira Oliva (org.), *Brasil e Portugal nos Oitocentos: crítica, imprensa e ficção*. Montes Claros/MG: Unimontes, 151-164.
- Rocheta, Maria Isabel (2007): "Prefácio". In: Camilo Castelo Branco, *O Senhor do Paço de Ninães*. Porto: Caixotim, 7-25.

Ficha Técnica

Título

Camilo O Homem, o Génio e o Tempo
Actas do I Congresso Internacional, Ribeira de Pena, 2016

Autores

Participantes com comunicação no Congresso

Revisão

Prof. Fernando Moreira (UTAD)

Capa (*motivo*)

Escultura de Camilo Castelo Branco, de Henrique Moreira
(*por gentileza da família do escultor e do Dr. Damião Vellozo Ferreira*)

Design e Paginação

joaocarlo joaocarlo@gmail.com

Impressão

UniarTE Gráfica, S.A.

Editor

Orfeu, Livraria Portuguesa e Galega
web www.orfeu.be
email orfeulivraria@gmail.com
editeur nr. 2-9600523

ISBN

978-2-87530-064-5

EAN

9782875300645

Depósito Legal

431121/17

Tiragem

300 exemplares

1.ª edição, Bruxelas, 2017

Direitos reservados conforme legislação vigente.

